

**“NOTÍCIAS DO RIO”
A INTERVENÇÃO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO E A AUTO-
LEGITIMAÇÃO DO ESTADO NOVO.**

Vandré Aparecido Teotônio da Silva*

Imprensa, Violência, Repressão e Saber

A História da Imprensa no Brasil é marcada por uma característica ímpar: a repressão e silenciamento por parte do Estado talhando a liberdade de pensamento e divulgação de ideias, e, por último, mas não menos importante, a significação do papel social desempenhado pelos jornais.

Essa repressão via censura, seja de livros, periódicos, inscritos de qualquer espécie, ideias e pensamentos, inicia-se desde os tempos do Brasil colônia, prolongando-se e solidificando-se nos governos autoritários do início do Século XX (BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007). Deste modo, é justamente após a “Revolução de 30” que o Estado solidifica ainda mais a repressão às ideias e indivíduos, mudando, portanto, sua relação com os meios de comunicação da época. No Estado Novo, o processo auto-afirmativo de seu projeto político é propagado e os meios são apropriados pelo Estado como forma de legitimar sua ação através da produção de saberes condizentes com aquele projeto.

O papel dos jornais é resignificado durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, quando ocorre uma convergência de discursos, seja no Rádio ou nos Jornais, onde se projeta uma busca pelo consenso: calando vozes dispares, fortalecendo o discurso, prendendo, matando e expulsando, o Estado Novo pôs em prática múltiplos métodos repressores para fazer valer sua voz.

Dentro desse contexto, a pesquisa *Notícias do Rio: a intervenção do jornal O Estado de S. Paulo e a auto-legitimação do Estado Novo* pretende analisar o papel desse jornal como um dos periódicos dentre tantos que sofreram a intervenção do Estado. Tomamos por base a coluna *Notícias do Rio*, criada em 1939, seis meses antes do “episódio da

Vandré Aparecido Teotônio da Silva

intervenção”, e que tem o seu propósito transformado e apropriado pelo Estado Novo: inicialmente, destinada a organizar os acontecimentos relacionados à capital federal, e, após o processo contra o jornal, em março de 1940, passa a ser um setor privilegiado do discurso estadonovista de construção de um “novo país”.

Deste modo, o papel desempenhado pela coluna proporcionará o entendimento da censura e da violência do Estado contra a liberdade de expressão por outro viés de análise: o poder como produtor de saber, gerando desse modo, uma violência à liberdade de pensamento, talhando a oposição e buscando o monopólio da fala.

A notícia como auto-imagem

Com vistas no papel desempenhado pelo O Estado de S. Paulo junto a sociedade paulistana do início do século XX, a pesquisa demonstra como se davam as relações estabelecidas entre o Estado e os “homens de imprensa”. Nesse jogo de representações, o Estado Novo determina qual o papel dos meios de comunicação: servir aos interesses do projeto político estadonovista e tornar-se porta-voz da ideologia imposta. Toma-se por base o esforço empreendido em fazer valer uma imagem única. Ao intervir diretamente no jornal, o Governo Federal silencia uma das mais importantes vozes contrárias ao seu projeto, atribuindo, portanto, um novo significado à coluna *Notícias do Rio*: da terceira página, vai para a capa. Essa mudança estrutural no jornal transforma a ordenação das notícias, alterando, destarte, o modo como o leitor lia o periódico.

Mas não só de reposicionamentos valeu-se a política castradora do Estado Novo: a coluna é modificada em sua temática e abordagens das notícias. Notamos que, paulatinamente, *Notícias do Rio*, passa a dar destaque a notícias relacionadas aos feitos de Getúlio Vargas e seus correligionários. Se antes da intervenção a coluna divulgava acontecimentos gerais da capital federal, a partir de 1940, ela ganha mais espaço na publicação e a predominância de “temas políticos”. Essa auto-imagem que o Estado Novo constrói de si transforma, assim, a relação do produtor da mensagem (leia-se Estado) e os receptores da notícia. Os leitores de *O Estado de S. Paulo*, após março de 1940, deparam-se com um novo jornal, com uma proposta governista e de destaque dos feitos do Estado Novo na obra de consolidação de um novo Brasil.

A pesquisa revela um intenso esforço de legitimação da presença do Estado Novo em São Paulo. As notícias de capa, por exemplo, que, inicialmente davam destaque às ações dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, após a intervenção do periódico, passam a ser diminutas ou aparecem resumidamente na terceira ou quarta página. *Notícias do Rio*, como fora dito, passa para a primeira página propagando os ideais do regime. Essa evidência que se dá aos acontecimentos do Rio de Janeiro, como também aos passos da-

dos por Getúlio pelo Brasil a fora, demonstram a realização dos interesses do governo em se fazer presente nos estados da federação, e ainda mais, num estado que mantivera um conflito armado e político com o governo federal, em 1932, e assumira tanta importância na economia do país. Em suma: o processo de intervenção no periódico demonstra quais eram os objetivos perseguidos pelo Estado Novo em doutrinar e tentar moldar a compreensão de sua imagem para com o leitor.

A análise das fontes, tendo como ponto de partida o jornal *O Estado de S. Paulo*, proporcionará um melhor entendimento desse processo de afirmação ideológica do Estado Novo, demonstrando, pensando as relações de força empreendidas no período, como se deu essa produção do saber via imposição estatal.

Outra modificação dada na coluna foi a interferência dos novos redatores na distribuição das notícias, como é o caso da coluna *Notícias do Interior*: embora o jornal possuísse um maior número de leitores no estado de São Paulo, principalmente no interior, a nova diretoria comandada pelo então nomeado Abner Mourão, passa a diminuir o espaço destinado aos “fatos de nosso São Paulo”, privilegiando, deste modo, as ações do governo para com os “altos e fundamentais designios da segurança nacional que constitui o objetivo básico do Estado” (*O Estado de S. Paulo*, 9 de abril de 1940).

Essas observações levam-nos a pensar que o projeto político estadonovista, em sua homogeneidade de propostas, possuía um elemento que o norteava: a centralização da esfera decisória e repressão às oposições. Com um projeto de cunho corporativista e nacionalista, os ideólogos do regime vêem como oportunidade a apropriação dos meios de comunicação, principalmente a imprensa liberal, como veículos eficazes a servir ao regime em sua obra de transformação do Brasil. Aos jornais havia poucos caminhos a seguir: a submissão à censura, a aceitação às regras do jogo ou encarar o seu fechamento.

Com o intuito de efetivar seu projeto político, o Estado Novo valeu-se de múltiplas práticas repressivas, todavia, soube aproveitar os jornais como meios privilegiados de doutrinação e afirmação de seus ideais.

Uniformidade Ideológica e Imposição do pensamento

Pensar as relações entre a imprensa e o Estado implica a desvinculação da ligação direta que comumente fazemos entre a notícia e a verdade (VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997). A intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* mostra como se dava essa teia de relações: as modificações pelas quais passou o periódico permitem entender o papel dos veículos de comunicação nos regimes pautados no autoritarismo, visto que a “uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constituem a base para a centralização e o fortalecimento do poder totalitário. Para

Vandré Aparecido Teotônio da Silva

instaurar uma verdade oficial, é necessário o controle da sociedade em todos os níveis” (NOVINSKY, Anita. *Os regimes totalitários e a censura*. In: CARNEIRO, M. L. T. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002, p. 25). Portanto, os regimes autoritários buscam nesse processo de reafirmação uma forma de validar sua ideologia (ARENDETT, Hannah. *As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979). Visto que, a ideologia não pode ser tomada como verdade absoluta, ou mesmo operando como mecanismo manipulador da opinião pública, mas sim, como um jogo de representações e imagens que legitimam a ordem estabelecida, buscando anular, desta forma, as tensões existentes no seio da sociedade.

A uniformidade de pensamento, presente nas páginas de *O Estado de S. Paulo* pós-intervenção, explicam o papel da censura (repressora, castradora do pensamento autônomo) como também, permite visualizar o processo de construção do saber oriundo das notícias relacionadas aos feitos governamentais.

A pesquisa busca, assim sendo, entender o processo de intervenção do Estado na vida do periódico sob o viés da censura e do silenciamento, portanto violento, mas também analisar como se deu a construção desses saberes. O Estado Novo, a partir da pesquisa, mostra-se aqui tanto como censor como na condição de produtor. Os processos de transformação pelos quais passou a coluna *Notícias do Rio* corroboram o entendimento das múltiplas táticas utilizadas pelo Governo Federal para fazer valer seus princípios e sua lógica. Resta-nos saber até que ponto esse objetivo foi alcançado.

Essa “produção do saber” gerada pelo poder, a qual nos remete Foucault, representa uma das faces do governo autoritário. É inegável a violência empreendida nas prisões, assassinatos e deportações de intelectuais e jornalistas, como por exemplo, a expulsão do país de Júlio de Mesquita Filho, dono do *O Estado de S. Paulo*, como também, e aí que a repressão e a censura agem com mais sutileza, a produção de um discurso pautado em cânones doutrinários muito bem solidificados. A repetição temática das notícias veiculadas no periódico oriundas da Agência Nacional buscam essa auto-legitimação dos discursos e suas práticas. Ao auto-afirmar-se, o Estado Novo tenta criar uma atmosfera de unidade, base de sua política nacionalizadora, com olhos na produção de consenso entre os leitores paulistanos.

Não somos um cachorro de Pavlov

Pensar a restrição à liberdade de pensamento, rechaçamento das ideias heterogêneas e a repressão evidenciam, conseqüentemente, o papel do principal personagem dessa trama: o leitor. Diferentemente da proposição apocalíptica de Adorno e Horkheimer, que

veem os meios de comunicação como manipuladores da opinião pública (ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas*. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000), buscamos compreender a produção do saber, particularmente a notícia, como meio privilegiado de legitimação dos pressupostos estado-novistas. Consideramos, deste modo, o leitor como elemento ativo na assunção da notícia, uma vez que as transformações operadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, particularmente na coluna Notícias do Rio, demonstram que a recepção do leitor a um novo jornal, possuidor agora de uma linguagem diversa daquela a que ele estava habituado, mudou a partir da intervenção federal no periódico.

O jornal, defensor de um pensamento liberal amoldado a uma ótica regionalista, pautado na defesa de São Paulo perante o país, passa a veicular em suas páginas outra percepção das coisas: ao invés de um enfoque noticioso dos acontecimentos da capital federal (especialmente na sub-coluna *No Catete*), aparece com uma nova roupagem, estampando ao lado da notícia fotos de Vargas em inaugurações e encontros (*O Estado de S. Paulo*, 17 de abril de 1940, notícia de capa).

As transformações foram tamanhas, levando, deste modo, a presente pesquisa a tomar como pressuposto que essa mudança estrutural, de enfoque e temática, não pôde passar despercebida pelos leitores de *O Estado de S. Paulo*. Jornal elitista, considerando o número de leitores, o número de analfabetos, sua tiragem e os grupos ali representados, leva-nos a acreditar que a apropriação do periódico por parte do governo federal possa ter sido um choque para o leitor. Esse ato, por si só, já demonstra o quanto o Estado Novo subestimou a autonomia de pensamento e independência do indivíduo. Visto que, o leitor, inserido em um “cotidiano mediatizado”, é um dos pontos de conexão entre a produção, mediatização e recepção da notícia, portanto, enquadrá-lo-emos como elemento necessário ao entendimento dos processos resignificadores da informação (MARTÍN-BARBERO, Jesús e REY, Germán. *Os ejercicios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac, 2001, p. 11). Resta-nos saber, através de uma análise detalhada das fontes, a eficiência das táticas persuasivas que o regime fartou-se em utilizar.

O Estado de S. Paulo e Getúlio: relações situacionistas

Ao analisar a história do jornal enquanto produtor de discursos, símbolos e percepções veiculados em suas páginas, deve-se levar em conta o papel desempenhado pelo *O Estado de S. Paulo* e sua relação com Getúlio Vargas. Entre idas e vindas, o periódico ora apoia ou prestigia os feitos de Vargas, ora dispensa dura crítica às ações do governo federal. Essa relação “tumultuosa”, entre o jornal e o governo do Rio é visível ao ana-

Vandré Aparecido Teotônio da Silva

lisarmos a história do periódico entre as diversas fases de Vargas no poder: durante o governo provisório, o jornal vê a chance de mudanças no trato do governo na economia do país; defende mais tarde, em 1932, o posicionamento de São Paulo no conflito contra o governo federal; Retorna em 1934 a apoiar as ações de Getúlio na defesa do café; para ir moderando seu tom das críticas durante o Estado Novo, em 1937, para, finalmente, ser fechado em 25 de março de 1940 (CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa - Omega, 1980).

A documentação do DEIP/SP permite entender a relação entre Imprensa e Estado, visto que a violência gerada por uma múltipla censura (física, psicológica, intelectual e expressiva) encontram-se, do mesmo modo, presentes na auto-censura, na dificuldade de se obter financiamentos para compra de maquinários e papel, na dependência a que o periódico estava atrelado com as “propagandas remuneradas” e na imposição de se publicar notícias já prontas oriundas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) ou através da Agência Nacional. Assim sendo, entendemos que a análise comparativa das fontes poderá proporcionar uma melhor compreensão da relação do governo federal com um importante órgão de comunicação que fora *O Estado de S. Paulo*.

A análise da documentação *Matéria pagas publicadas por jornais*, ou a chamada propaganda subvencionada, leva-nos a crer que a ação repressora às ideias e a busca por legitimidade do regime chegam a custar alguns milhares de cruzados, visto que no período, a propaganda comercial e a venda avulsa e de assinaturas não eram suficientes para boa parte dos periódicos da época (DEIP/SP. *Matérias pagas publicadas por jornais*, Caixa 9120, 1942-1945). Essa dependência financeira, atrelada ao controle da censura prévia, revela a interferência do Estado Novo nas esferas privadas dos meios de comunicação. Se dita, portanto, o que deve e o que não pode ser noticiado, dificultando, consequentemente, a livre divulgação dos acontecimentos, criando uma imprensa amordaçada pelos interesses políticos do Estado.

Propostas preliminares

O estudo da intervenção do jornal *O Estado de S. Paulo* torna-se necessário quando procuramos tratar a imprensa partindo do pressuposto de seu caráter institucional público e privado: no primeiro caso, o jornal e demais veículos noticiosos participam da esfera pública devido ao seu compromisso com a formação da opinião pública e à divulgação da “verdade”, e, no segundo caso, privado porque possui interesses materiais como empresa produtora de bens culturais. Nesse sentido, procura-se abordar o silenciamento do jornal *O Estado de S. Paulo* como um dos mecanismos repressores, todavia, também produtores

de saber. Pois entendemos, com o filósofo Michel Foucault, que “o poder produz saber (...); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não supunha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 27).

As “relações de poder” engendradas no trato social, no cotidiano dos leitores do periódico, na ordenação e nos conteúdos das matérias jornalísticas desempenham uma sutil e silenciada repressão aos pensamentos contrários ao projeto político do Estado Novo. Portanto, a análise do jornal como fonte primária, espaço apropriado e resignificado pelo Governo Federal, demonstra múltiplas possibilidades de compreensão da violência e do poder empreendidas por governos sob égide do autoritarismo.

Um melhor detalhamento das fontes, permeando a consolidação do Estado Novo (1939-1945), tornará possível a compreensão das múltiplas faces do poder, visto aqui tanto como mecanismo castrador da liberdade à informação, quanto como construtor de ideais pautados em um projeto político imposto à coletividade. Em suma, busca-se uma visão da política estadonovista através de sua face mais discreta: a produção de saberes, engendrados em uma esfera de poder no qual o personagem central da trama é o próprio Estado.

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. E-mail: vandreteotonio@usp.br